

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.927 - PR (2019/0300434-7)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : **CLEVERSON GIOVANNI BERTOTTI**
ADVOGADO : **CLEVERSON GIOVANNI BERTOTTI - PR064804**
IMPETRADO : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ**
PACIENTE : **DONIZETE ROSALVO DA SILVA**
INTERES. : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ**

EMENTA

HABEAS CORPUS. SÚMULA 691/STF. RECEPÇÃO. ALEGAÇÃO DE NULIDADE PELA FALTA DE AUDIÊNCIA PARA A PROPOSTA DE SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO. INEVIDÊNCIA DE TERATOLOGIA OU DE MANIFESTA ILEGALIDADE.

Writ indeferido liminarmente.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em benefício de **Donizete Rosalvo da Silva**, apontando-se como autoridade coatora o Desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná, que indeferiu o pedido liminar nos autos do HC n. 48392-86.2019.8.16.0000.

Consta dos autos que o paciente foi denunciado, inicialmente, por receptação simples e que, após o Magistrado singular ter negado o pedido de absolvição sumária, erroneamente designou a audiência de instrução e julgamento, *ao passo que deveria ter designado audiência de proposta de suspensão condicional do processo, tal como requerido pelo Ministério Público* (fl. 5). Afirma que na audiência o Ministério Público constatou que se tratava de receptação qualificada, tendo sido ofertado o aditamento da denúncia.

A defesa sustenta, em síntese, a nulidade em razão da ausência da audiência de proposta de suspensão condicional do processo.

Ao final requer, em liminar, a suspensão da audiência de instrução e julgamento marcada para o dia 23/10/2019 e, no mérito, seja declarada a nulidade do processo a partir da determinação da primeira audiência de instrução e julgamento.

É o relatório.

Superior Tribunal de Justiça

Na espécie, **aplica-se o enunciado da Súmula n. 691 do STF**, observado também por esta Corte, segundo o qual não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade. Esse posicionamento pode ser afastado apenas se evidenciada dos autos a configuração de flagrante ilegalidade ou abuso de poder, o que não ocorreu no caso em tela, notadamente por ter o relator do *writ* originário consignado que *a anterior proposta de suspensão condicional do processo pelo Ministério Público [quando imputado ao Sr. DONIZETE a prática de receptação simples] não vincula o Parquet à sua manutenção, até mesmo porque o órgão acusatório possui prerrogativa para apresentar aditamento à denúncia a qualquer momento, desde que antes da sentença penal* (CPP. art. 569) (fl. 377).

Incabível, portanto, o acolhimento da pretensão nos termos em que formulada, sendo **prudente e necessário aguardar o julgamento do *writ* originário pelo colegiado.**

Ante o exposto, com base no art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.**

Publique-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator